

Entre o Tempo Ganho e o Tempo Perdido

Um dos pontos que me pareciam fundamentais para a definição e entendimento da política que o Governo se proporia seguir, dizia respeito à atitude adoptada quanto à legitimidade para estar no Ultramar. O Doutor Salazar não tinha hesitações em filiar tal política na vontade nacional. Entendia esta no sentido institucionalista que decorria da sua formação.

14



Nunca lhe ocorreria submeter a um plebiscito a definição da conduta do país em tal domínio. Não era a vontade popular que tinha em vista. Era a vontade da Nação, essa comunidade sucessiva de gerações. Adoptou uma expressão minha, dando-lhe sentido pessoal – “a maneira portuguesa de estar no mundo” –, para acentuar que se tratava da essência da Nação. Gostava de lembrar um conceito do Almirante Sarmiento Rodrigues, segundo o qual – “Moçambique só pôde ser Moçambique por ser Portugal”.

Esta humildade com que aceitava expressões, conceitos e correcções alheias, era um seu traço de carácter pouco conhecido que lembrei em artigo já referido. Tudo o que pudesse enriquecer, fortalecer, tornar mais claro, o conjunto dos valores em que acreditava, logo o adoptava. Para a mudança era mais resistente.

Na hierarquia de tais valores, o Ultramar que nunca visitou ocupava um lugar cimeiro. Não concebia que algum dia a estrutura nacional pudesse ser diferente, embora pudesse reformular a definição. Como a crise o apanhou já muito adiantado em anos, foi abandonando todos os sectores do Governo para se dedicar exclusivamente aos problemas da Defesa, dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar.

Encontrou para o primeiro dos departamentos apontados um homem de dedicação pessoal sem limites, que foi o General Gomes de Araújo. Serviu primeiro como Chefe do Estado-Maior e mais tarde como Ministro. Lembro-me de uma vez lhe ter ouvido dizer do General Araújo: “tem-me esquecido de o nomear Ministro da Defesa Nacional”. Entretanto, exercia ele próprio o cargo,

mas a autoridade executiva do General Araújo era completa.

Para os negócios estrangeiros encontrou, como disse, a fidelidade do Dr. Franco Nogueira. Este foi um convertido pelo Doutor Salazar à sua mística pessoal. Identificou-se de tal modo com o pensamento do Chefe do Governo que lhe repetia as expressões. Adoptava o tom e a atitude. Foi um executivo rigoroso e fiel do pensamento do Doutor Salazar, dando-lhe um notável brilho argumentativo pessoal.

De todos os negócios públicos, os que Salazar mais preferiu foram sempre os relacionados com a política externa. Lia tudo, perguntava tudo, interrogava os funcionários e os particulares.

Retinha e classificava todos os factos e opiniões. Para abonar os seus pontos de vista, citava conversas com o rigor com que citamos documentos nos pés de página. Era fascinante vê-lo ler um documento ou escutar uma resposta. Se recebia um telegrama, e recebia praticamente todos os do Ministério dos Negócios Estrangeiros, lia cuidadosamente cada parágrafo. Parava e repetia.

Perguntava-se a si próprio em voz alta qual o verdadeiro sentido.

Depois de satisfeito, passava adiante. Fazia o mesmo com as respostas às perguntas que lhe interessavam. Racionalizava e guardava. Passados anos, citaria de cor o documento ou a resposta.

Dava a impressão de usar igual método nas suas conversas com a História de Portugal. Em busca da vontade nacional, e com pouco apreço pela vontade popular. Esta, parecia ser, no seu entendimento, apenas a expressão do querer passageiro de uma parte da geração viva. Pouca coisa, para que lhe atribuísse significado

importante. Para a missão ultramarina de Portugal tinha a sua resposta bebida directamente da História-pátria, e nunca na realidade mutável. Nunca lhe ouviram querer plebiscitá-la. Foi a concorrência na esperança de salvar a maneira portuguesa de estar no mundo que me permitiu acompanhá-lo como Ministro do Ultramar durante a crise aguda, mas o entendimento do processo viria a romper-se. As diferenças de sentido do conceito, e de opinião sobre vários domínios fundamentais, sobretudo relacionados com a política interna no Ultramar, não me permitiriam desempenhar o papel de simples executor. Os graves problemas da situação das populações, do regime do trabalho, das culturas obrigatórias, dos privilégios económicos, do tráfego de influências, das baronias chamadas “administradores por parte do Estado”, dos concursos públicos, dos fornecimentos ao Estado, e assim por diante, provocaram tensões frequentes. Muitas vezes a divergência parecia dizer apenas respeito à oportunidade da intervenção, mas de facto nas vivências estava toda a diferença.

O Doutor Salazar quando reconhecia os males receava que o remédio diminuísse a coesão da sua base de apoio. Parecia-me pelo contrário que a intervenção militar que levasse a resultados, prometidos a essa intervenção, não era viável sem uma política vigorosa de saneamento que atraísse as populações e convencesse a juventude da autenticidade da política governamental, um pressuposto que as Forças Armadas assumiram como elemento fundamental da sua estratégia. Pensava, ao antever os anos de provação que nos esperavam, que o sacrifício devia ser acompanhado de uma purificação recompensadora.

A minha geração não conhecera outra forma de Governo. Em muitos aspectos considerava essa geração como uma geração traída. Poucas eram as promessas da guerra mundial que tinham sido cumpridas. Não foi uma geração do protesto geral, como a que se seguiu. Mas foi uma geração de angústia. Muitos de nós, os que pertenciam à reduzida parte da população que vivia a realidade do Ultramar, pensavam que ao menos se deveria proceder a uma revisão de métodos, porque tudo aparecia, a esses, como secundário em face do desafio total à maneira portuguesa de estar no mundo. Nunca ouvi o Doutor Salazar negar os males de que nos queixávamos. Tive mesmo a surpresa de o ouvir dizer que algumas vezes incitara os Ministros do Ultramar a corrigir os abusos, mas que lhe respondiam com uma lista de receios. Destes e de outros problemas falava, não como Chefe do Governo, mas como um Chefe de Estado arbitral. Não eram, ao escutá-lo, coisas da sua responsabilidade. Eram factos lastimáveis dos Governos, que não conseguia corrigir. De facto, mostrava-se, e sentia-se, fora e acima do quotidiano.

Nisso, seria necessário corrigir a atitude, e adoptar também o conceito, que sempre defendi, de soberania de serviço. Tudo me parecia dizer realmente respeito ao sentido das coisas, aos valores da justiça e da dignidade humana. Nos dias angustiosos em que percorri a Angola das horas do desespero, compreendi que o povo estava disposto ao sacrifício na esperança da restauração da autenticidade. Foi diante desta que o Doutor Salazar, invocando o realismo, hesitou frequentemente, quando começaram a concretizar-se as reformas que se dispusera a apoiar, enfraquecendo essa de-

Foi a concorrência na esperança de salvar a maneira portuguesa de estar no mundo que me permitiu acompanhá-lo como Ministro do Ultramar.

terminação, como se veria, à medida que os efeitos colaterais lhe abalavam a base tradicional de apoio. E foi essa hesitação crescente que finalmente me impediria de o acompanhar.

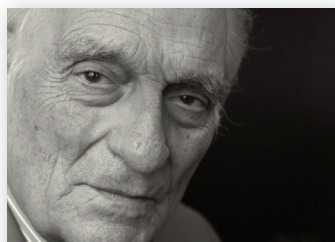
A clientela defensora dos interesses organizou-se rapidamente contra a tentativa, quando o mito da guerra ganha, que o Ministro dos Negócios Estrangeiros adoptou com convicção, permitiu sustentar que quem ganha a guerra não reforma, para não dar sinais de fraqueza.

A campanha foi violentíssima. Lembro-me de muitos que a fizeram e não nomeio, com pena deles e piedade para com a maioria dos portugueses que podiam ter sofrido menos.

A percepção de que esse era o sentimento geral dos portugueses, que nada tinha a ver com o negativismo mais tarde nascido nas elites que recusaram a mobilização, para uma guerra que durara demais, que se formaram no exílio mergulhados no crescente desenvolvimento europeu cujos desastres da guerra mundial não tinham conhecido, foi muito apoiada na intensa peregrinação pelos mais variados meios sociais no período anterior à tentativa de Botelho Moniz. Tenho registo de algumas intervenções, começando pela conferência feita na Universidade de Coimbra, a pedido da Associação Académica, no período das Comemorações Henriquinas, em 18 de Março de 1960, sobre a relação entre a unidade política e o estatuto das populações. No XXV Aniversário do Instituto de Serviço Social, em 9 de Julho, pronunciei-me sobre os Problemas sociais do Ultramar. Em 10 de Setembro, na sessão plenária do Congresso Internacional da História dos Descobrimentos, confrontei O Pensamento do Infante D. Henrique e a Actual Política Ultramarina de Portugal. Em 22 de Outubro, no encerramento dos Dias de Estudos Missionários, falei sobre a Actualidade das Missões, e em 22 de Janeiro de 1961, na Faculdade de Letras de Coimbra, sobre a Competição Missionária, que crescia como factor importante da conjuntura africana das várias confissões. Neste caso, o estudante Boaventura Sousa Santos leu

os votos e conclusões da Semana de Formação Missionária, na qualidade de Presidente da Liga Missionária Académica.

Finalmente, em 17 de Março, na Casa do Infante do Porto, fiz a última intervenção pública como Subsecretário, falando sobre Provocação e Resposta, num ambiente internacional marcado pelas declarações de Mennen Williams, Subsecretário para Assuntos Africanos de Kennedy, que na 3.ª Sessão da Comissão Económica para a África, de novo em Adis Abeba, proclamara o “princípio de que a África é para os africanos”, que para ele eram os de etnia negra, sem inquietação por não poder proclamar que a América era para os aborígenes, porque entretanto os tinham eliminado. Estes textos, todos publicados, fazem-me hoje avaliar a disputa que se processava no espírito dos in-



ADRIANO MOREIRA
A ESPUMA DO TEMPO
MEMÓRIAS DO TEMPO
DE VÉSPERAS



tervenientes, começando por mim, entre os valores históricos e a razão, entre a urgência de decidir e a deficiente informação sobre os factos, incluindo a realidade internacional.

Também não podíamos omitir que nem os EUA, nem a URSS, tinham descoberto nos seus vastos domínios qualquer parcela ou povo que devessem ver reconhecido o direito à auto- -determinação, coisa que no leste tinha de esperar pela perestroika.

Foi por isso que o conceito de que a África estava a ser objecto de substituição da dependência política, pouco importando a forma, sendo uma área de confluência de poderes dos EUA e da URSS, o que tudo não tinha relação nem com o direito dos povos à autodeterminação, nem com os direitos do Homem prometidos, me pareceu o que correspondia à situação. A conferência intitulada Geração Traída, feita na Casa do Infante no Porto, em 11 de Maio de 1962, refere-se àqueles “que atingiram a maioria na década de quarenta”, que tinham crescido acreditando nas prometidas quatro liberdades de Roosevelt, no projecto de uma nova ordem inspirada nas liberdades de opinião, liberdade de religião, liberdade contra a miséria, e liberdade contra o medo, mas já não podiam ignorar que a África caminhava para a situação de continente perdido em que se encontraria antes do fim do século, vítima do “antiquíssimo esquema da luta pelo poder que caracterizou a vida internacional”. Vaticinava que “nem os africanos de origem europeia poderão escapar à ameaça racista que caracteriza a conjuntura internacional, nem as populações de raiz tribal escaparão ao retrocesso que infelizmente se verifica já em extensas regiões da África”.

Os Relatórios sucessivos do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, documentam infelizmente o acerto da previsão, porque o continente perdido foi vítima da competição das grandes potências líderes dos blocos militares, perdeu nessa luta o respeito pela dignidade dos povos a que tem direito, para se transformar apenas na África Útil, isto é, fonte de matérias-primas, petróleo, metais raros, com uma difícil evolução no sentido do equilíbrio político.

Deixando ali, tal intervenção das grandes potências, depois do fim da guerra fria, como efeito colateral, a competição pelo poder de grupos cada vez mais distanciados da população vítima da catástrofe. Cada facção procurando obter o poder total, que era a imagem que recebia das autoridades coloniais, nenhuma destas correspondendo aos modelos democráticos das metrópoles, todas, com os títulos variados de vice-rei, alto-comissário, governador, em nome de qualquer das soberanias da frente marítima europeia, Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Portugal, moldadas pela tradição do agente titular de todos os poderes, legislativo, executivo, e até judicial.

Em todo o caso útil ainda como mercado para a venda de armas que apenas as potências desenvolvidas podem fornecer, generalizando o modelo de sociedades de guerra, isto é, que tem a guerra como maneira de viver.

Não desejo relatar minuciosamente, porque largamente relatada pela imprensa, a minha deslocação a Angola, martirizada pelos acontecimentos que, sobretudo no Congo, demonstraram a selvagem determinação das formações encarregadas de aterrorizar a população, mas algum apontamento é indispensável.

Tinha a noção de que o poder militar, extremamente deficiente num território catorze vezes maior do que a metrópole, e onde os efectivos de todas as forças, incluindo os policiais, não excediam cinco mil homens, era altamente preocupante e



inquietava uma sociedade civil que sofrera agressão suficiente para medir a ameaça.

Por isso, considerei necessário que o Coronel Kaúlza de Arriaga, Secretário de Estado da Aeronáutica, cuja intervenção no incidente Botelho Moniz projectara para o primeiro plano nessa área, me acompanhasse e contribuísse assim, com a presença e capacidades reconhecidas, para restabelecer a confiança em que a debilidade do aparelho militar ia ser enfrentada com decisão. Fez isso com inteligência e mérito, lidando com chefias algumas das quais não duvidavam que seriam substituídas, circunstância em que as susceptibilidades militares beneficiam com a intervenção de iguais, respeitados pela carreira.

Uma contribuição partilhada pela sua mulher Maria do Carmo (Carminho), jovem, corajosa, naturalmente dotada para a cordialidade das relações humanas, e que não rejeitou qualquer intervenção, contacto, ajuda, simples compreensão, junto de tanta gente deslocada, atormentada, infeliz.

Do meu pessoal quero recordar o meu condiscípulo Dr. Gou-

veia Lopes, Chefe de Gabinete, filho de um camarada de meu Pai na Polícia de Segurança Pública de Lisboa, e que foi sempre uma coluna da boa retaguarda, do ordenamento da logística numa situação de imprevistos constantes. Depois, o Capitão Níveo Herdade, hábil no relacionamento com os ramos militares, corajoso e desembaraçado em todas as emergências. E a Alferes Pára- -que- dista Ivone Reis, oficial às ordens, desse corpo admirável de enfermeiras da Força Aérea, que pelo exemplo contribuíram para animar a juventude, lembrando-me neste momento do dia em que estando eu no aeroporto de Lourenço Marques, no palanque improvisado para assistir ao desfile da guarda de honra, ela desceu do espaço em pára-quedas, apresentando-se perfilada ao serviço, nos termos das ordenanças.

Em vista da urgência de recursos humanos para o policiamento, o primeiro reforço que organizei, antes da possibilidade de enviar tropas, foi uma companhia de voluntários da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, que se aprestou com rapidez invulgar e ali prestou bom serviço. O meu Pai, Subchefe Ajudante aposentado por então, participou empenhado no recrutamento do voluntariado, e lá andou por Angola visitando-os e contribuindo para a firmeza e orgulho daqueles voluntários. Querido Pai.

Dessa viagem pela Angola de sessenta quero recordar, sem resumir, os discursos necessários que espero terem contribuído para que aquilo que chamei “a batalha da esperança” congregasse vontades, imaginação, e coragem para refazer um projecto de futuro, sem renúncias causadas pelo sofrimento que fora infligido às populações. Fui a todos os lugares, falei com centenas de pessoas, legislei nas mais inesperadas condições e lugares no exercício de uma magistratura itinerante talvez sem precedente.

Dos sucessivos factos emocionantes, vou relacionar alguns poucos para esta memória sumária.

Tinha a consciência de assumir responsabilidades numa das crises mais decisivas da História portuguesa, e sempre procurei que nenhum acto apontasse para retaliações, antes pelo contrário.

No discurso que dirigi ao Conselho Legislativo de Angola, em 25 de Maio, insisti neste ponto: “não apenas por imperativo de justiça, mas também por razões de segurança e pela necessidade que todos sentimos de saber, civis e militares, que nós lutamos por uma causa digna, temos de mobilizar as vontades e as consciências no sentido de eliminar quaisquer causas de atrito social que firam os direitos das pessoas e, por acréscimo, a coesão de todos, brancos, pretos e mestiços”.

Por toda a imprensa do Império os passos, declarações, e actos, foram minuciosamente seguidos, os apoios foram em cadeia, a consciência de que, mesmo para os que advogavam a desistência, a emergência era global, estava formada. A chegada a Carmona foi um ponto de convergência de todas as emoções, desafios, perplexidades, e determinação. Acompanhado pelo Coronel Kaúlza de Arriaga, aterrei no Negage no dia 4 de Maio, onde a população animada acolhia pela primeira vez, depois da revolta, um Ministro, e organizara a defesa dos edifícios públicos com sacos de terra, enquanto as milícias se identificaram com uma braçadeira encarnada, usando as armas que podiam alcançar.

No hospital estavam os feridos, vítimas de ataque duas horas antes a nove quilómetros da cidade. No cemitério estavam as campas dos primeiros combatentes vítimas, um pára-quedista branco, Joaquim Afonso Domingues, um cipaio negro, Lucas

Quibeto, um elemento de milícias mulato, Paulo Rosa, uma

pequena réplica da histórica Guararapes. A chuva caía teimosa enquanto estas visitas eram feitas, e o temporal impedia a utilização da via aérea para cumprir o programa que me impusera para chegar ao Uíge.

Partimos viajando numa carrinha aberta, por péssima estrada entre capim de metros. A uns dez quilómetros de Carmona, sob o violento temporal que nos encharcou, a milícia guardava a estrada para nos proteger, e nela distingui, com surpresa, o Engenheiro Jorge Jardim que viera de Moçambique para ajudar a população na emergência. Esta encontrava-se reunida na praça, sustentando bandeiras de Portugal, e dificilmente se encontrará talento literário para registar a força dessa multidão, indiferente à fúria da natureza, cantando o Hino Nacional.

Nesta área, na noite de 15 para 16 de Março, tinham sido mortas cerca de duas mil pessoas com os mais inimagináveis requintes de crueldade, sendo destruídas as fazendas, violadas as mulheres, decepados os corpos, aniquilada toda a vida de cor branca, pessoas, animais, e flores. O Jornal do Congo, onde se destacou a pena de Sousa Costa, conhecido pela crítica severa à administração colonial, logo a seguir gravemente ferido, registou aquele dia em crónica que correu reproduzida pelos jornais do Império, na qual escreveu: “A manifestação teve um desfecho imprevisto: não foi o povo que se dirigiu ao ministro, foi o ministro que veio encharcar-se até aos ossos junto do povo.

Que pretendia a gente da manifestação? Esta gente que não discursou, que não nomeou comissões. Que queria ela? A manifestação composta pela gente do Uíge na sua máxima força: magistrados, engenheiros, rudes empregados de campo, regentes agrícolas, feitores, desempregados, agricultores sem nada já possuírem, e outros em cujo coração só há esperança, comerciantes que possuem estabelecimentos fechados ou abertos à espera de um cliente, médicos, advogados, enfermeiros, funcionários — eis a multidão anónima que quis ver, sentir Adriano Moreira. E lá veio o ministro, que é um homem do povo, abraçando o povo, e deixando-se abraçar, apertando-lhe as mãos calejadas pelo fremsim de apertar a arma em que cinquenta noites de vigília desesperada e martirizada, de sofrimento próprio e alheio, transformaram todas as mãos nesta terra.

E o ministro veio até ao povo, que pela primeira vez sentiu um ministro junto de si, um ministro que é seu. Olhava-o o povo com esperança, brilhavam-lhe os olhos de alegria, porque o ministro prometera vir e veio.

Aqueles seiscentos homens, que em qualquer lado do Mundo

Dessa viagem pela Angola de sessenta quero recordar, sem resumir, os discursos necessários que espero terem contribuído para que aquilo que chamei “a batalha da esperança” congregasse vontades, imaginação, e coragem para refazer um projecto de futuro, sem renúncias causadas pelo sofrimento que fora infligido às populações.

desencadeariam um problema de segurança, foram grandes, foram enormes e fizeram sentir a Adriano Moreira qualquer coisa de novo, qualquer coisa que raramente um governante sente. Não havia a mais pequena segurança organizada em volta do ministro: o magnífico povo português o protegia, e à sua frente, em mãos simples, lá ia a bandeira nacional.

Este jornal, já conhecido em todo o Portugal, como porta-voz da verdade ao serviço da Nação, faz hoje interregno nas suas acusações — em homenagem profundamente patriótica a dois governantes, que trouxeram a esperança até ao nosso meio.”

No dia seguinte, quando perguntei pelo Engenheiro Jorge Jardim, já tinha partido integrado numa coluna militar em direcção ao Songo, participando na defesa contra os assaltantes que foram repelidos.

Na longa teoria das acções que assentaram mais na coragem do que nos meios que eram escassos, referirei apenas Mucaba, 31 de Janeiro, Damba, e Nambuangongo.

No primeiro caso, foi na noite de 29 para 30 de Abril que um grupo de verdadeiros heróis, dirigidos pelo Chefe de Posto Sena, escreveu uma página da História, numa acção seguida por grande parte da população angolana através das telefonias que captavam o posto emissor da povoação. Em 19 de Maio, em Luanda e perante uma multidão de jovens, condecreei-o com a Medalha de Ouro dos Serviços Distintos e Relevantes, sendo depois levado em triunfo, adoptado, naquela emoção colectiva, como inspirador.

Para o posto 31 de Janeiro parti no dia 6, com o Coronel Kaúlza de Arriaga, num pequeno monomotor, tendo antes pernoitado em Maquela do Zombo. Ali estavam muitos refugiados expulsos das suas casas e lugares pelas acções terroristas, e uma senhora procurou-me dizendo que era a mulher do Chefe de Posto do 31 de Janeiro, meu antigo aluno, Rodrigo Baião. Contaram-lhe que eu tencionava descer no posto, o que lhe confirmei, e pediu-me que assegurasse ao marido que se encontrava bem.

A vila estava completamente isolada, sofrera inúmeros assaltos, perdera a bandeira que tinham conseguido recuperar, e a população estava reduzida a trinta homens, incluindo um reduzido grupo de pára-quedistas comandados pelo Tenente Manuel Veríssimo.

Depois das informações sobre os sacrifícios enfrentados, as necessidades mais urgentes, e o merecido louvor pela abnegação, dirigimo-nos à sede do Posto, protegida por sacos de terra, para a frugal refeição. Lá dentro estava a mulher do Chefe do Posto.

Surpreendido, não pude deixar de a censurar por ter conseguido violar as normas de segurança em vigor, e de ter ocupado meios de transporte indispensáveis para os fracos abastecimentos que estavam a ser feitos às terras mais carenciadas. Respondeu-me tranquila que seria a primeira vez que a mulher de um Chefe de

Posto não estaria a receber o Ministro, e esse exemplo não podia ser dado. A bandeira do Posto 31 de Janeiro está no meu antigo Instituto para onde o Rodrigo Baião a enviou.

Na Damba, os dois mestiços Jazem Aleixo e Carlos Alberto, recuperaram a bandeira, de que os atacantes se tinham apoderado num ataque surpresa, e foi por eles enviada para a Sociedade de Geografia que a recebeu numa das solenidades da Semana do Ultramar, em 27 de Maio, sendo Presidente da instituição o meu velho professor Doutor Rui Ulrich. Em Nambuangongo, a intervenção militar que fez História, consagrou um miliciano que viria a desempenhar um papel importante na reconstrução da economia portuguesa depois do 25 de Abril, que foi o Engenheiro Jorge Jardim Gonçalves.

Nessa altura ficaram por visitar os distritos de Cuanza Norte, Cuanza Sul, Malange, Moxico, Moçâmedes, e Bié-Cuando Cubango, o que faria posteriormente. Alguém por esse tempo, para caracterizar o ritmo imposto à administração, citou estas palavras do Padre António Vieira:

“Uma das coisas de que se devem acusar e fazer grande escrupulo os Ministros, é dos pecados do tempo. Porque fizeram o mês que vem o que se havia de fazer o passado; porque fizeram amanhã o que se havia de fazer hoje; porque fizeram depois o que se havia de fazer agora; porque fizeram logo o que se havia de fazer já. Tão delicadas como isto hão-de ser as consciências dos que governam, em matérias de momento. O Ministro que não fez grande escrupulo de momentos não anda em bom estado; a fazenda pode-se restituir, a fama, ainda que mal, também se restitui, o tempo não tem restituição alguma”.

O desamparo em que ficaram muitas famílias, e sobretudo crianças, provocou um movimento de solidariedade de que registei um caso. O Doutor Almerindo Lessa, sempre inquieto com a problemática do racismo, quis dar o exemplo e pediu-me para lhe trazer uma criança abandonada, que desejaria adoptar.

Fui ao Hospital Central de Luanda, onde eram numerosos os casos, e chamou-me especialmente a atenção um menino de côr, encontrado ferido entre os mortos de Mucaba, e que, quando lhe faziam um carinho, levantava os bracitos e dizia — Viva Portugal.

Nem identificação, nem mais palavras, uma atitude de apelo ao acolhimento.

Os médicos atribuíam-lhe a idade de três anos, e mandei registá-lo com o nome de João de Mucaba, nascido em 1 de Dezembro, filho de desconhecidos. No meu regresso a Lisboa, lá estava o Almerindo, que o adoptou, e chama-se hoje João de Mucaba Lessa, técnico de saúde, casado, com filhos, tendo sido ele um filho exemplar.

Jovens como Leonor da Câmara Pina e Leonor Ameal, lideraram voluntárias que foram ajudar a organizar o serviço social, animando uma cadeia sem precedentes de solidariedades da sociedade civil.

Nem tudo se passava no plano da solidariedade despertada pela calamidade sofrida, nem todas as reacções se mantinham nos limites da razoabilidade, nem isso estaria de acordo com a natureza humana.

Apareceram os primeiros sinais de um projecto de independência branca, filiada na tradição mítica do Brasil, recordando atitude antiga atribuída ao famoso Monsenhor Alves da Cunha, num processo que existia na Secretaria-Geral do Ministério, e naquela data atribuído ao Engenheiro António Garcia Castilho, um dos mais prestigiados empresários e dirigente associativo de Angola,

Fui ao Hospital Central de Luanda, onde eram numerosos os casos, e chamou-me especialmente a atenção um menino de côr, encontrado ferido entre os mortos de Mucaba, e que, quando lhe faziam um carinho, levantava os bracitos e dizia — Viva Portugal.



talvez recebendo a compreensão do Dr. São José Lopes, Director da PIDE, cujo arquivo merecerá ser visitado.

Curiosamente, a insistência nas responsabilidades missionárias, em mais de uma instância e ocasião, deu origem imediatamente à publicação de um longo artigo no Diário de Moçambique, em 14 de Abril de 1961, não assinado e com o título “A Batalha da Justiça Social”, onde se começava por dizer: “é muito difícil reconhecer no Prof. Adriano Moreira uma definida mentalidade católica. Se algumas coordenadas do pensamento deste homem público as podemos compaginar com a doutrina da Igreja, certas outras afirmações, como aquelas por ele proferidas no encerramento da Semana Missionária de Coimbra, são manifestamente, e quando menos, marginais da linha do magistério eclesial”.

Não tinha sido a opinião do ouvinte Cardeal Cerejeira, mas em Lourenço Marques dominava o pensamento do Cardeal D. Teodósio Gouveia, inquieto com o avanço muçulmano para o Sul do Save, e até perguntando-se se não haveria qualquer relação entre as dificuldades francesas no Norte de África e alguma excessiva benevolência de Lyautey no tempo da ocupação.

Aquilo que pareceu despertar o anónimo articulista, embora a semântica seja ambígua, foi a insistência na necessidade de tratar com igual dignidade todas as confissões coexistentes no Império, e ainda a insistência em que não era apenas o Estado, mas também os fiéis, que deviam apoiar a propagação da fé. Ao norte, D. Sebastião de Resende lia melhor os tempos que seriam os do Concílio Vaticano II, e da Nova Mensagem de Assis de João Paulo II, leitura que seria reforçada pelo pregador do movimento

Para um mundo melhor, D. Manuel Vieira Pinto, Bispo inesquecível de Nampula. Ainda, a Carta Fraterna de D. Eurico.

Um dia, participando em Évora numa homenagem ao Arcebispo D. Manuel Trindade Salgueiro, este, com a finura habitual, fez-me uma pergunta relacionada com aquele artigo. Recordei-lhe que Francisco Gentil, o advogado, dissera um dia que havia entre nós três fileiras de católicos, os praticantes, os não praticantes, e os profissionais. Por mim, elucidava-o de que não pertencia à última espécie, e que algumas vezes, sempre por razões fáceis de entender, me acudia ao temperamento o anticlericalismo trans-

montano, que parecia estender-se ao sul pelo menos até Santa Comba Dão. Foi nessa homenagem que D. Manuel Trindade Salgueiro disse que um Bispo só devia ter uma ambição, e era que dele se dissesse, depois de morrer, que “Cristo passou por aqui”.

É evidente que na saga angolana desses dias de angústia não se verificaram apenas heroicidades, também se deram excessos de resposta às agressões, também a razão não dominou sempre a tentativa de compreender a surpresa e organizar a atitude de reposição da ordem.

Lembrarei, sem indicar nome nem lugar, o caso de um Administrador que, sem armas nem apoios de forças de segurança, sentiu que estavam a afundar-se a sua capacidade de intervenção e a resistência moral, quando, numa fazenda destruída, encontrou escondida uma criança de catorze anos, que viu a mãe ser violada e morta diante do pai, viu assassinar cruelmente o pai e empregados, viu incendiar a casa da sua meninice.

O garoto estava paralisado, e quando sentiu que alguém o amparava, rompeu em gritos e convulsões que não paravam, nem quando o Administrador o levou para sua casa, onde tinha um filho da mesma idade, e o entregou à mulher para o cuidar.

Na manhã seguinte, todos estavam esgotados pelo esforço que não acalmava a criança. Na minha frente, perfilado na cozinha que servia de gabinete, o Administrador confirmou deste modo um relatório que me fora entregue sobre o que se passava no Uíge.

Fez um silêncio, olhando para um longe que não ficava em nenhum lugar. Depois, com voz monótona, sem inflexões, informou que se lembrara de que a vingança é o prazer dos deuses, levou o garoto a um depósito de suspeitos, deu-lhe a pistola de serviço, e disse-lhe que disparasse até sentir que estava tranquilo.

Morreu um número indeterminado, mas afirmava que o garoto melhorou.

Enviei o Administrador para Lisboa, onde esteve internado em tratamento de recuperação, e encontrei-o vários anos depois, numa pequena cidade do norte, aparentemente esquecido daquela descida ao inferno.●

AGRADECEMOS AO PROF. ADRIANO MOREIRA E À EDITORA ALMEDINA A REPRODUÇÃO DESTE EXCERTO DE “A ESPUMA DO TEMPO: MEMÓRIAS DO TEMPO DE VÉSPERAS” 2008